

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO,
ATUÁRIA E CONTABILIDADE.

CURSO DE ECONOMIA

AGROINDÚSTRIA: UMA ALTERNATIVA PARA O
DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE.

GIOVANA DE BRITO MARQUES DOS SANTOS

FORTALEZA, JULHO, 1999. - 1

**AGROINDÚSTRIA: UMA ALTERNATIVA PARA O
DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE**

GIOVANA DE BRITO MARQUES DOS SANTOS
Matrícula 9335293

Orientador: JOSÉ DE JESUS S. LEMOS

Monografia apresentada à Faculdade
de Economia, Administração,
Atuária e Contabilidade, para
obtenção do grau de Bacharel em
Ciências Econômicas.

FORTALEZA – CE

1999

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Ciências Econômicas, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, outorgado pela Universidade Federal do Ceará – UFC e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

Gioyana de Brito Marques dos Santos Média _____

Prof.: José de Jesus S. Lemos Nota _____
Prof. Orientador

Prof.a. Maria Goretti Serpa Braga Nota _____
Membro da Banca Examinadora

Prof.: Antonio Luiz Abreu Dantas Nota _____
Membro da Banca Examinadora

Monografia aprovada em 27 de Julho de 1999.

*Para João Batista Marques, meu pai, que com defeitos e qualidades, para mim,
sempre foi e sempre será um exemplo de vida.*

*Para Leda Brito Marques, minha mãe, que soube ultrapassar todos os obstáculos
da vida sem jamais perder a ternura.*

*Para os amigos César Vieira, Antônio de Pádua e Júlio Aldigueri, que partiram
cedo demais!*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por nunca ter me deixado nos momentos difíceis, e principalmente por ter me fornecido os instrumentos para chegar até aqui.

Agradeço a meu pai que sempre esteve presente durante a minha vida. Participou ativamente da minha educação, desde as festinhas do tempo de colégio, até colhendo fontes bibliográficas para este trabalho, nos tempos atuais.

A minha mãe devo todos os agradecimentos. Ela sim foi a grande responsável pela minha educação, sem jamais desistir, por mais teimosa que eu fosse. Que sempre me incentivou e jamais me deixou baixar a cabeça diante às dificuldades enfrentadas.

A todos os professores com quem estudei, devo agradecer. Em especial ao professor Júlio Aldigueri, que, como já mencionei, partiu cedo demais. Com ele aprendi muita Microeconomia, e o que antes era interesse, depois de estudar com ele passou a ser paixão pela Economia. Ao professor Bosco, por ter tão bem aberto os horizontes, não só os meus, mas de todos os que foram seus alunos, nos propiciando deliciosos debates sobre Economia.

Ao professor Ivan Castelar, Pedro Jorge e Abreu sou grata por terem propiciado aos meus dias de aluna, algo mais divertido e mais sábio.

À professora Goretti agradeço por tão prontamente ter aceito participar da banca examinadora desta monografia, e por ter tecido tão proveitosos comentários e sugestões sobre a mesma, enriquecendo este e principalmente os trabalhos futuros.

Por fim, e tão importante quanto os demais, agradeço ao meu orientador, professor Lemos. Que mesmo tendo conhecido-o somente no último ano de curso, a empatia foi imediata. Obrigada mestre, não só por ser quem é, mas também por tanto ter me ajudado nesta etapa final de minha graduação.

Agradecimentos especiais devo aos meus irmãos, Marques, Giam e principalmente à Juliana por estar sempre tão próxima. Aos meus cunhados Neto, Karina e Valesca, e aos meus amigos, que tantas vezes me ajudaram dentro e fora da faculdade. Obrigada Wlad, Neto, Helder, e todos os outros.

Obrigada a todos os demais que de alguma forma contribuíram para a minha formação. E àqueles que continuarão torcendo por mim.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	V
SUMÁRIO	VI
RESUMO	VII
INTRODUÇÃO	01
PRIMEIRO CAPÍTULO : Marco Teórico	03
SEGUNDO CAPÍTULO:	
A Agroindústria	08
Características e Atribuições da Agroindústria	11
Tecnologia: importante insumo para prover a decolagem do setor	14
A Postura do Governo	18
TERCEIRO CAPÍTULO: O Desempenho da Agroindústria nas duas últimas décadas no Nordeste	21
QUARTO CAPÍTULO: Conclusão	33
BIBLIOGRAFIA	37

RESUMO

O corpo deste trabalho traz em si as causas e benéficas conseqüências de uma agroindustrialização eficiente e moderna, para a região Nordeste do Brasil. O trabalho é embasado na Teoria Cepalina para o desenvolvimento, incrementado pelo fator educação para se chegar ao mesmo fim. É feita uma análise de dados censitários agropecuários temporais, para demonstrar a evolução da agroindústria, e como esta exerce grande influência sobre o emprego rural e urbano também, principalmente dada sua capacidade de fixar o homem no campo, retraindo o êxodo rural.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho de monografia de conclusão de curso, objetiva-se apresentar a evolução do setor agroindustrial na região Nordeste do Brasil, viesando a pesquisa para os fatores emprego e renda, bem como buscando atestar a ligação do desenvolvimento da região à agroindústria. A pesquisa é alicerçada nos pilares básicos da Teoria Cepalina, e de seu principal instrumento na região Nordeste do Brasil, o GTDN.

Um primeiro passo dado para o melhor entendimento do trabalho foi justamente apresentar passagens do relatório do GTDN, em que estejam detectadas as precariedades da região Nordeste, caracterizada como periferia. Do mesmo documento surgem sugestões para o desenvolvimento da região em questão. Um deles é a industrialização, e como o Nordeste possui potencial agrícola, sendo necessária a participação do Governo no setor, fornecendo infra-estrutura (de estradas, comunicações, energia, água, saneamento...) e políticas creditícias, a agroindustrialização desponta como fator potencial para o desenvolvimento.

O segundo capítulo inicia-se com a conceituação, características e atribuições da agroindústria, tentando proporcionar ao leitor uma melhor dimensão da importância do setor para toda a região. Prossegue tratando dos fatores tecnologia e governo, e como ambos podem alavancar ou fazer desabar o setor em questão.

O trabalho tem continuidade com a apresentação de dados censitários agropecuários de 1985 e de 1995 / 96, obtidos junto ao IBGE. A partir deste momento da pesquisa, a indústria rural é posta no centro da discussão. Quais os principais produtos da agroindústria? Quais as condições do produtor em relação à terra plantada? Qual a evolução do emprego no setor? São alguns dos questionamentos tratados no capítulo 3 deste trabalho monográfico.

Os processos de investigação científica deram-se por pesquisa bibliográfica e utilização de informações secundárias sacadas dos Censos Agropecuários de 1985 e de 1995 / 1996, elaborados pelo IBGE. Os valores em moeda apresentados nas TABELAS 6 e

7 deste trabalho , sofreram correção, passando de cruzados, para valores de Real referentes a agosto de 1995. Para tanto procedeu-se da seguinte maneira: adotou-se o ano de 1995 como ano-base, e fez-se a conversão através do IGP-DI.

Na perspectiva de que a agroindústria se constitui em um importante mecanismo gerador de ocupação e de rendas nas áreas urbanas do setor rural, a pesquisa conclui apontando os principais entraves detectados para que isso possa acontecer, bem como mostrando algumas das alternativas factíveis para a superação deste obstáculos, no sentido de que o processo de transformação situado no setor rural possa efetivamente contribuir para o desenvolvimento sustentável e sustentado do Nordeste brasileiro.

PRIMEIRO CAPÍTULO

Marco Teórico

É na década de quarenta que as Nações Unidas criam a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, a Cepal, com o intuito de propor alternativas para o desenvolvimento da região.

De acordo com os estudos realizados pela Cepal, este desenvolvimento só seria possível com a quebra da dependência comercial, tecnológica e financeira dos países subdesenvolvidos, ou, periféricos, que são especializados em produtos primários; em relação aos países desenvolvidos, ou de centro, e que são especializados em produtos manufaturados e na produção de bens de capital.

Essa dependência, que acentua a deterioração dos termos de troca entre os países, segundo a Cepal, só poderia ser rompida com a industrialização de forma autônoma dos países periféricos. A partir desses preceitos inicia-se então uma nova etapa no desenvolvimento econômico do Brasil com a industrialização substituidora das importações.

A Cepal propunha ainda, dentre outras alternativas, a reforma agrária, para assim expandir a oferta de alimentos e de matérias-primas agrícolas, além de incrementar a demanda de produtos industriais, dada a expansão do mercado interno.

Ainda de acordo com a Cepal seria uma função do Estado a captação de recursos e a implantação de infra-estrutura, como energia, transportes, comunicação, bem como fomentar esse desenvolvimento de forma creditícia.

As disparidades existentes entre os países de centro e periferia, também eram verificadas internamente nos países de periferia. Como era o caso das regiões Sudeste e Sul, e Norte e Nordeste brasileiras, que poderiam perfeitamente ser enquadradas no modelo.

Alicerçado nas idéias cepalinas de desenvolvimento, surge o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que na figura do economista Celso Furtado, elaborou um relatório diagnosticando as causas do atraso econômico e social da região Nordeste, e propôs soluções para sanar estas dificuldades. Soluções estas que

deveriam ter o caráter desenvolvimentista, e não assistencialista como houvera sido até então.

De acordo com o relatório do GTDN a raiz dos problemas da economia nordestina se encontravam acentuadas em quatro fatores quais seguem:

- i) a escassez relativa de terras aráveis;
- ii) a inadequada precipitação pluviométrica;
- iii) a extrema concentração da renda na economia açucareira;
- iv) a predominância do setor de subsistência na pecuária do *hinterland* semi-árido.

A principal proposta do GTDN para o crescimento e para o desenvolvimento da economia nordestina era a intensificação do processo de industrialização da região, reorganizando as indústrias tradicionais e induzindo a implantação das indústrias de base. Criando-se, assim, uma base econômica capaz de auto-propagação. Outros importantes papéis atribuídos à industrialização do Nordeste seria o de contribuir com a diminuição do subemprego urbano, e o de criar uma nova classe de dirigentes empresariais na região.

Isto pode ser comprovado na seguinte passagem retirada do relatório do GTDN:

“... aumentar as exportações de produtos primários é, seguramente, a forma mais “barata” de uma economia crescer. Ocorre, entretanto, que nem sempre essa linha de desenvolvimento está aberta, ou apresenta as dimensões requeridas. Se a população aumenta com intensidade e a constelação de recursos naturais não é muito favorável, tal possibilidade torna-se difícil ou mesmo impraticável. Sendo assim, o desenvolvimento só é factível mediante a diversificação da própria produção interna, ou seja, pela industrialização. Sem prejuízo de um esforço sistemático, no sentido de ampliar as linhas de exportação do Nordeste, a análise da presente situação econômica dessa região indica, nitidamente, que o seu atraso relativo só poderá ser superado mediante uma política de industrialização. Nas regiões urbanas do Nordeste há, hoje em dia, uma massa de desemprego disfarçado que não será inferior a meio milhão de pessoas em idade de trabalhar. Esse exército de subempregados vem

crescendo com intensidade igual ou maior que a do total da população urbana. A política de industrialização visa ao tríplice objetivo de dar emprego a essa massa populacional flutuante, criar uma classe dirigente nova, imbuída do espírito de desenvolvimento, e fixar na região os capitais formados em outras atividades econômicas, que atualmente tendem a emigrar.”

E como plano de ação o relatório sugeria:

- “... – transformação da economia agrícola da faixa úmida, com vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos, cuja industrialização deveria ser intensificada;
- transformação progressiva da economia das zonas semi-áridas no sentido de elevar sua produtividade e torná-la mais resistente ao impacto das secas; e
- deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste, visando incorporar à economia da região as terras úmidas do *hinterland* maranhense...”

Como o elemento dinâmico fundamental da economia nordestina era o *quantum* de suas exportações, e como estas eram constituídas basicamente de açúcar e algodão, principalmente, além de cacau, fumo, couros e peles, algumas oleaginosas e alguns minérios, era preciso que se intensificasse essa pauta para haver uma alavancagem na economia em questão. Para que essa alavancagem fosse possível seria necessária uma injeção financeira, e este papel caberia ao Estado, na avaliação do GTDN.

Os gastos públicos que até então haviam sido muito mais de caráter assistencial, e principalmente em períodos de secas, sem quase nada contribuir para aumentar a capacidade produtiva da região, ou para criar fontes permanentes de emprego; necessitavam agora assumir o papel de financiadores e fomentadores do desenvolvimento do Nordeste.

Contudo, o documento é bem claro no cuidado que deve ser tomado em relação à concessão destes financiamentos e ou subsídios do Governo ao setor privado, para que não

acabe aumentando o fosso de desigualdades entre as regiões do Centro-Sul e o Nordeste, beneficiando indiretamente a primeira.

Esta preocupação pode ser detectada também naquele relatório, como se depreende da seguinte passagem:

“... instituições como o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico vêm atuando não somente como supridoras de recursos financeiros a longo prazo, mas também como instrumentos de subsídios ao investimento industrial de base. Emprestando capitais a longo prazo e a juros que, quando muito, alcançam a metade da taxa de depreciação da moeda, o BNDE está, na verdade, promovendo importantes transferências de renda em benefício de certos ramos industriais. Como os critérios de orientação de recursos, a que obedece essa instituição, foram concedidos em função da etapa de desenvolvimento que atravessa o Centro-Sul, resulta que essas importantes transferências de recursos também se realizam em benefício quase exclusivo da região mais desenvolvida.”

Ainda assim, para o plano de industrialização e desenvolvimento do Nordeste, se fazem necessárias as instituições de financiamento governamentais, para despender na região uma volumosa e essencial quantia de recursos.

O instrumento mais utilizado como financiamento e incentivo fiscal das empresas foi o Sistema 34/18 do Governo Federal, que na verdade eram dois artigos, que beneficiavam principalmente as indústrias química, elétrica, de comunicação, de papel e papelão, e, em menor proporção, as indústrias tradicionais de produtos têxteis, alimentos, vestiário e calçados.

O artigo 34 da Lei nº 3.995 de 1961, permitia a dedução de 50 %¹ do total do imposto de renda devido, às pessoas jurídicas de todo o país que quisessem aplicar no Nordeste. Posteriormente, em 1963, esta mesma dedução foi autorizada às empresas estrangeiras através do artigo 18 da Lei nº 4239. Em 1974, através do Decreto-Lei nº 1376, os incentivos passaram a ter nova denominação: Fundo de Investimento do Nordeste – FINOR.

¹ Atualmente esta dedução é da ordem de 18 %.

O FINOR funciona adquirindo debêntures de emissão das empresas titulares de projetos aprovados pela SUDENE, conversíveis ou não em ações, que irão compor o *funding* de uma carteira de títulos, cuja rentabilidade e valorização propiciam o retorno do investimento das empresas que optarem pela aplicação de parte de seu imposto de renda no Nordeste.

Como já mencionado, foi criada a partir do GTDN, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. Para funcionar como agente de desenvolvimento, planejando e fiscalizando os projetos da região.

Além destes dois instrumentos tinha-se ainda para complementar tais funções, o BNB, o BNDE, e as Comissões Estaduais de Planejamento que contavam com todo apoio e assistência técnica por parte do Governo Federal.

Contudo, a forma que os subsídios e incentivos foram fornecidos, casada com os baixos níveis salariais vigentes, acabaram promovendo a industrialização nordestina dependente de grupos empresariais de grande porte, nacionais e estrangeiros, sendo que os nacionais em maciça maioria pertencentes à região Centro-Sul do país. Grupos estes que já possuíam experiência anterior no ramo e que vislumbraram no Nordeste a possibilidade de uma maior acumulação de capital, via diversificação da produção e de ampliação dos mercados.

SEGUNDO CAPÍTULO :

A Agroindústria

Como o documento do GTDN bem coloca, as causas profundas do atraso da economia nordestina eram a escassez relativa de terra aráveis, a inadequada precipitação pluviométrica, a extrema concentração da renda na economia açucareira e predominância do setor de subsistência na pecuária do *hinterland* semi-árido. E estas precisavam ser combatidas.

A zona semi-árida da região Nordeste tinha sua economia caracterizada pela pecuária extensiva e uma agricultura de baixíssimo rendimento destinada à subsistência, caso do feijão, milho e mandioca, e ainda à geração de renda monetária, caso do algodão mocó que é um tipo da cultura xerófila. Ressalte-se ainda que as secas, e o excedente demográfico, constituíam dois grandes entraves adicionais à transformação da agricultura da região.

O fenômeno das secas por atingir mais gravemente o setor da agricultura que era de subsistência, necessitava de medidas de curto e longo prazo que passassem desde a construção de açudes até programas de culturas irrigáveis, utilizando-se tecnologias apropriadas.

Contudo, como bem diz o supracitado documento, não era só o problema da oferta de alimentos que precisava ser corrigido para melhorar o nível de vida do nordestino. Era preciso também gerar renda monetária na região (e dividi-la também, é claro). Para que assim a produção de alimentos provinda da região pudesse ser por ela mesma consumida, promovendo uma integração no mercado. Com isso, além de diminuir o peso da economia de subsistência, estar-se-ia agregando necessidades de abastecimento que garantam o atendimento da demanda de alimento das regiões compradoras, ou seja, a região Centro-Sul, as exportações para fora do país, enfim, os principais centros urbano-industriais.

É por tudo que já foi dito até aqui, que a agroindústria surge como uma forma de atender muitas das carências da região nordestina, até aqui tão discutidas. Em virtude do Nordeste possuir vocações naturais para as atividades agroindustriais, e por estas

possuírem a facilidade de serem locadas em pequenas cidades do interior e de proximidade das áreas produtoras, é que elas vão tão bem cumprir o papel de geradoras de renda monetária, agregar valor ao produto da região, incrementar a oferta de alimentos, aumentar a oferta de empregos, e reduzir o êxodo, fixando o homem no campo.

Mas o que é agroindústria?

Conceito de Agroindústria

O Banco Mundial tem por agroindústria as atividades industriais de beneficiamento e, ou de transformação dos produtos agrícolas. No entanto, a FAO tem um conceito mais amplo que inclui também em sua definição de agroindústria aquelas empresas que produzem insumos para a agricultura, como os fertilizantes, as máquinas e os equipamentos agrícolas.

Existem ainda denominações para as atividades da agroindústria, como agroeconomia, *agribusiness*, que de acordo com Davis & Goldeberg “é a soma das operações que abrangem a manufatura e a distribuição dos insumos para a unidade produtiva rural; as operações de produção da unidade produtiva rural como tal; a armazenagem, processamento e a distribuição dos produtos rurais e de seus subprodutos”. (DAVIS & GOLDEBERG, apud OLIVEIRA, 1984)

Um outro conceito é o de Complexo Agroindustrial, que surge da integração econômica de capitais do setor agrícola com o industrial; e é definido como o englobamento das etapas de produção, armazenamento e distribuição de todos os produtos que tenham algum tipo de ligação com o setor rural, integrando técnica industrial, e contando com a participação do Estado desenvolvendo e incentivando a política agrária.

Para MULLER (1982), o Complexo Agroindustrial (CAI) é constituído por quatro setores, que são: as indústrias que produzem máquinas e equipamentos para a agropecuária; as indústrias que produzem insumos para a agropecuária; a agropecuária; e as indústrias que processam a matéria prima da agropecuária.

De acordo com as palavras deste autor:

“a agricultura converteu-se em condição necessária da acumulação da parcela da indústria de bens de capital, e, complementarmente a agricultura passou a depender não

apenas do crescimento das indústrias a jusante, das exportações e outros setores, mas, também, da indústria de bens de capital.” (MULLER, 1982, apud DIEHI, 1995, vol 2 nº 2)

E prossegue afirmando que:

“é a homogeneidade da base técnica o que se supõe no emprego do termo CAI como unidade de análises. Isto quer dizer que a acumulação de capital e a reprodução das relações capitalistas de produção na agricultura têm no uso generalizado dos elementos e das técnicas industriais sua base de avanço e estancamento.” (MULLER, ibidem)

Delgado (op. cit.) se manifestou sobre este tema da seguinte forma:

“a constituição de um ramo industrial a montante (meio de produção para a agricultura) e a modernização do ramo industrial a jusante (processamento de produtos agrícolas) passa, necessariamente, pela modernização de uma parcela significativa da agricultura brasileira. Essa agricultura que se moderniza, sob o influxo dos incentivos do Estado e induzida tecnologicamente pela indústria, transforma profundamente sua base técnica de meios de produção. Esse processo significa, também, que, em certa medida, a reprodução ampliada do capital no setor agrícola torna-se crescentemente integrada em termos de relações inter-industriais para trás e para a frente. No primeiro caso, essas relações implicam a própria mudança do processo de produção rural de forma articulada à indústria produtora de insumos (fertilizantes, defensivos, corretivos do solo, rações e concentrados) e de bens de capital (tratores, implementos diversos, colhedeiros, equipamentos para irrigação, etc).” (DELGADO, apud DIEHI, ibidem)

Outras tantas definições podem ser encontradas para agroindústria, o importante é salientar que todas elas fazem a ligação da cultura e do produto agropecuário com a indústria. Assim sendo, antes de dar continuidade a este estudo, é importante esclarecer que neste trataremos todas as ramificações da cultura agropecuária integrada à indústria como agroindústria.

2.1. Características e Atribuições da Agroindústria:

Conforme já foi dito, a agroindústria provoca a interdependência e a interação entre agricultura e indústria, provocando assim repercussões sobre o emprego, o destino da produção agrícola, o mercado regional e o desenvolvimento urbano.

Com o conhecido crescimento do setor industrial de todo o país e por conseguinte, o crescimento do setor de serviços, as principais cidades do Brasil foram sobrecarregadas populacionalmente pelo êxodo rural. E isto se deu sem que tenham sido tomadas as providências necessárias para a absorção de todo o contingente que vinha do campo (ou agreste). Ou seja, sem a adequada oferta de emprego, saúde, moradia, alimentação, educação, segurança, saneamento, dentre outros serviços essenciais.

De acordo com a tabela abaixo pode-se verificar que a população nacional, que situava-se em torno de 147 milhões de habitantes em 1991, estava concentrada principalmente nas principais capitais do País.

TABELA 1
Distribuição Populacional no Brasil

Municípios Mais Populosos (*)			
Estados	Cidades	Populações (em milhões)	
		Capitais	Região Metropolitana
São Paulo	São Paulo	9,6	15,4
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	5,5	9,8
Bahia	Salvador	2,1	2,5
Minas Gerais	Belo Horizonte	2	3,4
Ceará	Fortaleza	1,8	2,3
Distrito Federal	Brasília	1,6	1,6
Paraná	Curitiba	1,3	2
Pernambuco	Recife	1,3	2,9
Rio Grande do Sul	Porto Alegre	1,3	3
Pará	Belém	1,2	1,3

(*) População Residente. Censo 1991.

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1996.

Parte considerável da população presente nas capitais, é formada por migrantes rurais, que vêm nas cidades urbanas as possibilidades de melhoria de vida, dado que em seu habitat original defrontam-se com inúmeras desigualdades fruto, principalmente, da má distribuição de terra e das adversidades climáticas.

O êxodo rural eleva os custos sociais do meio urbano, provocando ainda uma exacerbação da marginalidade social. Outra característica deste fenômeno migratório é a de aquele que antes era um pequeno produtor agrícola, deixa de produzir e passa a demandar alimentos no meio urbano, onde agora está inserido, provocando um desequilíbrio no mercado de alimentos. Dado o êxodo, torna-se necessária a importação de alimentos para complementar o abastecimento urbano da região, e atender sua demanda.

E para possuir divisas para efetuar a operação acima descrita, é preciso exportar matérias-primas, que serão inseridas em mercados altamente competitivos, chegando mesmo a configurar-se em desvantagens comparativas. Por outro lado, se houver a diversificação da produção agrícola voltada para a exportação, tanto a nível de produtos quanto de mercados, ter-se-á uma redução desta vulnerabilidade da agricultura nacional no que se refere às adversidades climáticas e às oscilações da demanda externa, relacionadas a quantidade e aos preços.

Com esta redução da vulnerabilidade, mais a diversificação do solo e do clima, associadas com as qualidades e benfeitorias da agroindústria, é possível até mesmo, reverter a situação de desvantagem comparativa, para a de vantagens comparativas, desde que com uma gama variada de bens agrícolas.

A agroindústria surge como alternativa de contenção do fluxo migratório rural-urbano, e de desenvolvimento da região, absorvendo mão-de-obra local excedente. E isto é também justificado pelo fato de estas pequenas cidades do interior já, normalmente, basearem sua economia na produção agropecuária.

O resultado mais imediato da agroindústria é a expansão do emprego e da renda no meio rural, o que por sua vez acabam provocando um estímulo ao consumo de bens industrializados, até mesmo de produtos agrícolas industrializados. Sentem-se incentivados também, a adotar inovações tecnológicas, para com isso ter elevada a sua produtividade.

De acordo com o Banco Mundial, citado pelo ETENE/ BNB, 1991 pág. 28, vol. 06; as principais atribuições da agroindústria são:

- a) absorver excedentes agrícolas e atender às necessidades do aumento da população urbana;
- b) criar valor adicionado às matérias-primas e empregos a custo menor do que muitas outras indústrias;
- c) instalar-se em localidades nas quais outras indústrias não tenham condições de viabilidade;
- d) contribuir para descentralizar a posse da propriedade industrial e a interiorização do desenvolvimento.

Outras vantagens adicionais podem ser associadas à agroindustrialização. Segundo SOUZA (1997) , ela surge como uma promissora alternativa para o crescimento de uma região, dada a sua capacidade eficiente de transformação de produtos agrícolas, e por também absorver parcelas consideráveis de trabalhadores rurais. Além disso, gera um aumento no nível de emprego, tanto na agricultura, como nas fases intermediárias de beneficiamento, transporte e industrialização dos produtos. Além do mais, através da agroindustrialização é possível aumentar o tempo de conservação de produtos perecíveis, o que vai facilitar as negociações destes com o Resto do Mundo, ou seja, as exportações.

A agroindústria ainda tem a característica de absorver excedentes de produção de bens consumidos internamente, e incentivar o aumento da produção agropecuária. Sem falar na criação de uma demanda estável para produtos agrícolas, diminuindo assim, os riscos de flutuações do mercado, e excessos de produção de uma dada colheita.

2.2. Tecnologia: importante insumo para prover a decolagem do setor.

Conforme já foi dito anteriormente as atividades rurais e industriais podem e devem interagir criando laços de interdependência entre elas, resultando na agregação positiva do número de empregos e renda.

O que se pretende mostrar agora é que essa interdependência faz da agricultura uma absorvedora do progresso técnico industrial, e força a indústria a se adaptar às necessidades da agricultura, para ofertar-lhe insumos e, simultaneamente, utilizar os produtos da primeira para transformá-los, e então poder levá-los ao mercado final.

Todo tipo de inovação, seja ela poupadora de mão-de-obra (mecânica), seja poupadora de terra (bioquímica), é importante para o desenvolvimento da cultura, e por conseguinte da região.

Entretanto, as inovações precisam ser condizentes com as características da região e do produto, que por muitas vezes é de marcante influência mágico-religiosa, agindo portanto como um limitante do grau de independência para adotar tais inovações tecnológicas.

Com a adoção de inovações tecnológicas tem-se o aumento da produtividade agrícola, via expansão da oferta de produtos. O que levará a uma queda dos seus preços, aumento da demanda, *coeteris paribus*, levando a um novo equilíbrio do mercado. Se a demanda do produto for muito inelástica, a queda do seu preço será grande, e caso contrário, se a demanda do produto for mais elástica, o preço não cairá muito.

Por outro lado se a demanda for perfeitamente elástica, os preços permanecerão no mesmo nível, mesmo com o deslocamento da oferta, alterando somente as quantidades demandadas. Se ocorrer o oposto, ou seja se a demanda for infinitamente elástica, a oferta seria deslocada para direita, levando a uma redução dos preços, e a demanda inalterada.

No caso da inelasticidade da demanda, a queda dos preços pode ser não compensada pelo aumento da demanda, gerando prejuízo ao produtor. O contrário, ela ser elástica, se aumentar a quantidade demandada mais do que proporcionalmente à queda dos preços, possibilita a elevação da renda do produtor.

Completamente amarrada à tecnologia em agricultura, está a irrigação, elemento fundamental para as culturas agropecuárias na região Nordeste. O aumento da produção agrícola pela via do incremento da produtividade depende, basicamente, do manejo adequado do solo e da água aplicados no uso certo de corretivos e fertilizantes, caso necessário, para que uma boa semente possa germinar e produzir uma grande safra. Vale ressaltar que a incorporação ao solo de fertilizantes primários e secundários só poderá ser compensadora se houver água suficiente no solo.

As políticas de irrigação já implementadas para o Nordeste do Brasil, centraram-se na criação de uma extensa capacidade instalada de infra-estrutura, alcançada através de maciço investimento público. Contudo, ainda estamos longe de uma agricultura irrigada intensiva, moderna e auto-sustentada. O Estado deve sim ter o papel de facilitador dos investimentos privados em agricultura irrigada, oferecendo, quando possível, a indispensável infra-estrutura e serviço de apoio técnico, além de uma política fiscal e creditícia adequada a esse desenvolvimento; porém não pode, nem deve, substituir o agricultor privado, chamando para si todos os riscos envolvidos.

A experiência asiática é um bom exemplo de modelo de irrigação. Muitos dos países asiáticos já tinham a produtividade agrícola elevada, e por conseguinte encontravam muitas dificuldades para ampliá-la ainda mais. O elemento-chave por trás da chamada "Revolução Verde" na Ásia, chama-se irrigação. Com ela foi possível incrementar a produção, e ampliar a produtividade.

Ainda no exemplo asiático, é mister reconhecer a importância da infra-estrutura de irrigação. Houve investimento na melhoria tecnológica de irrigação, e na construção de canais secundários. A cada agricultor competia a construção dos canais de distribuição, em suas terras, e a retificação dos solos. Investimentos sociais do tipo casas de moradia, áreas de lazer, centros sociais urbanos, melhorias nas casas, ficavam todos por iniciativa e conta de cada produtor, com os recursos obtidos na sua produção.

A "Revolução Verde" representou um pacote tecnológico (basicamente água, fertilizantes e novas variedades). Para a elevação do investimento do nível privado de cada produtor foi necessária a estabilização da receita, ou diminuição do risco, no caso representado basicamente por variações de preço e flutuações na demanda; política de preços mínimos e estoques reguladores, já existente no Brasil.

A agricultura irrigada requer um nível de especialização bastante elevado. Os complexos processos de produção e comercialização necessitam de profissionais especializados no campo da assistência técnica e de produtores bastante capacitados. A prática da agricultura irrigada com pessoas inabilitadas compromete o uso dos recursos de solo, água e a própria vida dos trabalhadores e produtores rurais. Sendo portanto de extrema importância o constante treinamento da mão-de-obra. E mais, esta capacitação não deve restringir-se aos aspectos de produção, mas devem ter ênfase especial nos aspectos pós-colheita e de gestão.

O desenvolvimento da irrigação produz também um impacto no desenvolvimento de setores não-agrícolas da economia, tais como: comércio, serviços, transportes, aumento das exportações e provê um mercado para a produção industrial de insumos e equipamentos agrícolas.

Agora, a modernização do setor agroindustrial não se deve restringir à incorporação de máquinas e, ou ao uso de insumos modernos, mas deve estar embasada no relacionamento produção/ processamento construtivo, em que produtores e agroindustriais se vejam como parceiros com o objetivo final e comum de atender às exigências do consumidor.

Todos esses fatores são externalidades, que com o passar do tempo, criam um fato econômico e social que é o próprio ao desenvolvimento. Investimentos são realizados a montante e a jusante da produção, formando um encadeamento entre fornecedores (mercado de insumos), produtores, processadores e comerciantes (mercado de produtos).

Produção agrícola, hoje em dia, é apenas mais um dos componentes da *agribusiness*. Ou seja, a industrialização agrícola possui o caráter indutor de outros fatores tecnológicos que devem ser incorporados numa estratégia de consolidação do setor, seja esta produção agrícola voltada para o consumo interno ou para exportação.

Com a implantação de agroindústrias abre-se um mercado adicional para os produtos oriundos da irrigação, maximizando a renda do produtor pela agregação de valor aos produtos, criando-se empregos estáveis, além de interiorizar o desenvolvimento.

Sendo assim, a função da agricultura não é só de rebaixadora do custo da cesta básica do operário, é também a de ser importante componente na estratégia de desenvolvimento econômico.

É bem verdade que este insumo – tecnologia – traz em si todo um aspecto dual, se forem priorizados mecanismos tecnológicos importados utilizadores de capital. Pois usando-o pode-se ter desemprego estrutural; excesso de especialização produtiva; perda de importância de setores tradicionais, que são atividades econômicas vitais para as economias mais pobres; porém não usá-lo deve resultar na perda de competitividade e conseqüente falência.

2.3. A Postura do Governo

Como em toda e qualquer parte do mundo, no Brasil o setor agrícola também precisa ser subsidiado de alguma forma pelo Governo. O aparato institucional criado pelo Governo, ao longo do tempo, com esse objetivo não é desprezível. Podendo ser citados:

- SNCR- Sistema Nacional de Crédito Rural, criado em 1965, provido com fundos oriundos de saldos de depósitos à vista em bancos comerciais, recursos obtidos no exterior (empréstimos do Banco Mundial, BID e Acordo do Trigo), mais parte dos depósitos à vista do Banco do Brasil. Tinha por objetivo fornecer créditos subsidiados, com taxas reais de juros negativas e prazos e carências elásticas, para que se financiasse os custos, investimentos e comercialização da produção agropecuária.
- Programa de Financiamento para Cooperativas (BID I), criado em 1969.
- Programa de Financiamento para Cooperativas, e Programa de Assistência Financeira à Agroindústria e à Indústria de Insumos, Máquinas, Tratores e Implementos Agrícolas (PROTERRA / PAFAI). Criado em 1971.
- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, com o objetivo de sistematizar a pesquisa agropecuária, sobretudo no que se refere às inovações tecnológicas. Criada em 1973.
- PDAN – Programa de Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste. Criado em 1974, considerado como o de maior importância para a agroindústria da Região, funcionaria como um catalisador, em busca da modernização ou correção de deficiências típicas da agricultura tradicional, melhorando o nível tecnológico, a estrutura administrativa e a capacidade gerencial. Operava com linhas de financiamento bancário de prazo longo e baixos custos financeiros,

para assim atrair investidores do resto do país para implantarem projetos de agroindústria.

- PROALCOOL. A partir de 1974.
- PROVÁRZEAS NACIONAL – Programa Nacional para o Aproveitamento Racional das Várzeas Irrigáveis, surgiu no ano de 1981, com o objetivo de apoiar tecnicamente produtores rurais na implantação de projetos de irrigação e drenagem nas suas propriedades.
- PROFIR – Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação. Do ano de 1982.
- PRODAGRI - Programa de Desenvolvimento Agroindustrial. Do ano de 1983.
- PRONAGRI – Programa Nacional de Assistência à Agroindústria. Do ano de 1983.
- Projeto Nordeste.
- PROINE – Programa de Irrigação do Nordeste, criado no ano de 1986, destinado a apoiar a expansão da agricultura irrigada no Nordeste, mediante execução direta de projetos públicos, através de entidades federais ou estaduais, ou através da concessão de financiamentos a empreendedores privados.
- A SUDENE não pode deixar de ser citada como forte aliada nos projetos de desenvolvimento do setor e da região. Desde 1959.
- FINOR e FNE – Fundos de Investimento para o nordeste.

Além de todos esses Programas aqui citados, uma outra gama de incentivos diretos e indiretos, fiscais e extra-fiscais, financiamentos (principalmente do Banco do Nordeste do Brasil e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), políticas de preços mínimos e de estoques reguladores, foram concedidos aos empresários do setor na Região; e isto por se acreditar ser a agroindústria um importante fator de desenvolvimento econômico para a região.

O objetivo principal dessas políticas e programas, tem sido dar apoio e incentivo a empreendimentos privados para implantação e ampliação de agroindústrias.

O apoio financeiro é complementado com assistência técnica, estudos de viabilidade e de mercado, identificação de oportunidades agroindustriais e programas de promoção de investimentos.

Mas nem tudo que se é pretendido, é alcançado. E, muito embora os esforços do governo não tenham sido poucos, foram insuficientes, ou mesmo ineficientes. Foram cometidos desvios por muitas vezes nas políticas do setor, resultando no seu insucesso. Outras vezes ocorreu erro no enfoque, como por exemplo o inexpressivo acompanhamento creditício e técnico aos pequenos e médios produtores rurais, em detrimento dos grandes. E isto quando se tem como ciente o elevado grau de complementaridade entre os pequenos produtores rurais e o complexo agroindustrial.

TERCEIRO CAPÍTULO :

O Desempenho da Agroindústria nas duas últimas décadas no Nordeste.

Neste capítulo busca-se através de uma análise quantitativa mostrar qual foi o desempenho da agroindústria no Nordeste brasileiro, principalmente no referencial emprego e renda na Região, nas duas últimas décadas, tendo como fonte de pesquisa o Censo Agropecuário realizado pelo IBGE.

Como primeiro passo detecta-se quais os principais produtos da dita Indústria Rural no Nordeste. Conforme pode ser visto na tabela abaixo, os principais produtos beneficiados na região são a farinha de mandioca, o arroz, a rapadura, carnes, o café e a aguardente de cana.

TABELA 2

Transformação ou Beneficiamento da Produção Agropecuária -
Produção Da Indústria Rural

Produto \ Período	1985	1995/96
Arroz em grão ²	92.562	205.745
Café em grão ²	30.349	47.793
Açúcar ²	-	11.161
Aguardente de cana ¹	15.232	32.440
Melado ¹	1.823	3.438
Rapadura ²	62.656	53.533
Azeite de dendê ¹	2.336	-
Pasta de frutas ²	148	-
Fumo em rolo ²	14.436	15.685
Creme de leite ²	93	-
Manteiga ²	1.545	2.622
Queijo e Requeijão ²	19.502	36.273
Farinha de mandioca ²	799.024	664.877
Goma ²	25.823	-
Fubá ²	1.686	2.471
Banha ²	925	-
Carne ²	33.145	48.598
Embutidos ²	103	-
Toucinho ²	2.605	-
Couros e Peles ²	3.741	-

¹ Quantidade em mil litros

² Quantidade em toneladas

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários de 1985 e 1995/ 96.

Buscando o entendimento da indústria de processamento de produtos primários, efetuou-se o levantamento da evolução de alguns produtos relacionados, entre os anos de 1985 e 1995/ 96. Estes resultados estão apresentados na TABELA 2. Pelas evidências mostradas nesta TABELA 2 depreende-se que a mandioca, que tem uma importante participação tanto nos hábitos alimentares do nordestino, na forma de farinha, como na formação de renda monetária, esboçou um declínio entre os Censos Agropecuários de 1985 e 1995/ 96. Este decréscimo foi da ordem de 16,78 % .

Enquanto a produção de farinha de mandioca decresceu, a produção de carne subiu, e esta ascensão foi da ordem de 46,62 %. Mesmo que tenha ocorrido importação da farinha de mandioca dos estados da região Sul do país, a evolução da produção de carne leva a acreditar-se em um enriquecimento qualitativo, nutricional na cesta básica do nordestino. Esta hipótese é consolidada com o fato de os dados do último censo coincidirem com o fim do período inicial do Plano Real, momento este em que se verificou uma melhor distribuição de renda entre os brasileiros, dado o fim do imposto inflacionário, o que possibilitou para muitos uma (temporária) melhoria na qualidade de vida,

Outro ponto muito interessante verificado nos dados acima refere-se a produção de aguardente de cana, que mais que dobrou no período analisado. Pode-se atribuir o fato às externalidades, que neste caso estão ligadas ao fato da abertura comercial do País ter propiciado à exportação da cachaça, tão bem aceita no resto do mundo.

A rapadura nordestina é outro bem que foi beneficiado com a abertura de mercado, e graças a este fato não teve um declínio tão acentuado após a melhoria relativa de consumo alimentar do indivíduo, pós-Plano Real. Sua queda ficou em 14,33%. Sua aceitação no exterior não é desprezável, e até mesmo por isso, muitas melhorias na produção do bem já foram alcançadas, para que se possa entrar e permanecer no mercado externo.

O enriquecimento nutricional da cesta básica também pode ser verificado nos incrementos da produção de manteiga e queijo e requeijão, que subiram respectivamente 69,71% e 86%, dentro do período analisado.

Por fim, porém de modo algum menos importante, observou-se o caso da produção de arroz e café, ambos em grão, que alcançaram a brilhante escalada de 122,28%

e 57,48% respectivamente, entre aqueles períodos intercensitários. Incrementando e muito o produto total da Região.

Antes de seguir adiante nas análises dos dados das demais tabelas, uma ressalva precisa ser feita. Trata-se da produção de castanha de caju (ou se se preferir, o fruto do caju, e o que conhecemos por fruto trata-se na verdade de pseudofruto). Na TABELA 2 não consta a produção da castanha de caju, porque, segundo informações colhidas no IBGE, somente os mais significantes produtos da indústria rural nordestina em comparação à indústria rural brasileira, foram tabulados.

Contudo essas mesmas informações são fornecidas no Censo Agropecuário de forma desagregada, estado a estado, de modo que em 1995 o agregado da produção da castanha de caju foi de 149.903 toneladas. O Censo Agropecuário de 1985 fornece apenas os valores do fruto (ou pseudofruto) do caju, e apenas para três estados da Região. De modo que não é possível mostrar a evolução do mesmo entre 1985 e 1995. Contudo, dada a importância econômica, financeira e social da castanha de caju para muitos estados do Nordeste, destacando-se dentre eles o Ceará, essas informações não poderiam deixar de ser fornecidas.

Analisados os principais produtos e feita a devida ressalva quanto a castanha de caju, serão verificadas a partir de então quais as condições dos produtores agropecuários, quanto a terra produzida. De acordo com os resultados mostrados na TABELA abaixo, em todas categorias de posse das terras, houve um declínio dentro da nossa série temporal. Sendo o maior deles entre os arrendatários de terras, com 58,54% em relação a si mesmo. A diminuição do número de estabelecimentos entre os demais, ficou assim: Ocupantes ² : 21,07% ; Parceiros : 18,99% ; e Proprietários : 5,12%.

O fato a nós sugere um êxodo populacional rural.

² Caracterizado nos casos em que a exploração se processasse em terras públicas, devolutas ou de terceiros (com ou sem consentimento do proprietário), nada pagando o produtor pelo seu uso; diferentemente do parceiro e do arrendatário, que pagam o proprietário com um percentual da produção obtida.

TABELA 3Condição de Posse da Terra na Região
Nordeste em 1985 e 1995/ 96.

Categorias de Posse	Nº de Estabelecimentos		Área Ocupada (ha)	
	1985	1995 / 96	1985	1995 / 96
Proprietário	1.576.828	1.496.022	86.035.570	73.507.715
Arrendatário	368.861	152.929	1.425.987	789.911
Parceiros	217.139	175.913	1.018.942	760.774
Ocupante	635.411	501.549	3.573.681	3.237.695
TOTAIS	2.798.239	2.326.413	92.054.180	78.296.095

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários 1985 e 1995/ 96.

A forma de utilização das terras pode ser observada na TABELA 4, que mostra a diminuição da área de produção das lavouras, sejam elas permanentes ou temporárias. Diminuição também nas áreas de pastagens naturais de terras produtivas não utilizadas.

Em números percentuais observa-se que a diminuição da área das lavouras permanentes entre 1985 e 1995/ 96 foi de 37,71%. As lavouras temporárias declinaram 23,67%. As pastagens naturais e as terras produtivas não utilizadas³, declinaram 14,20% e 33,82% respectivamente. Sendo este último um fator positivo para a economia da Região.

Cientes dos principais produtos da indústria rural, das condições de propriedade dos produtores rurais e da utilização das terras, analisa-se em seguida a capacidade deste setor em ocupar pessoal, ou seja, gerar empregos diretamente⁴.

Por pessoal ocupado entenda-se todas as pessoas, com ou sem remuneração, que encontravam-se executando serviços ligados às atividades dos estabelecimentos, exceto aqueles que desempenhavam trabalhos por conta de empreiteiros.

³ Aquelas constituídas pelas áreas que se prestavam à formação de culturas, pastos ou matas e não estivessem sendo utilizadas para tais finalidades. Foram incluídas as terras não utilizadas por período superior a quatro anos.

⁴ A geração de empregos indiretos não será por nós estudada, contudo se é conhecido que para emprego direto tem-se pelo menos três empregos indiretos.

TABELA 4

Área (Ha) de Utilização das Terras			
Período:		1985	1995/96
Lavouras	Permanentes	4.253.368	2.649.495
	Temporárias	10.082.458	7.695.893
Pastagens	Naturais	23.282.483	19.976.700
	Plantadas	11.865.642	12.099.639
Produtivas não utilizadas		13.031.828	8.624.961

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários de 1985 e 1995 / 96

TABELA 5

Pessoal Ocupado Na Produção			
Período:		1985	1995/96
Empregos permanentes		610.357	446.438
Empregos temporários		1.198.645	932.441
Parceiros (empregados)		106.189	59.698
Outra Condição		139.369	127.326
TOTAIS		2.054.560	1.565.903

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários de 1985 e 1995 / 96.

De acordo com os resultados da TABELA 5 acima houve uma diminuição do número de empregos diretos do setor no período estudado. O que vem consolidar o questionamento feito anteriormente neste mesmo trabalho, do conseqüente êxodo rural. É provável que a diminuição de empregos tenha ocorrido pelo incremento de tecnologias, que, conforme já foi também neste trabalho afirmado, provoca a diminuição do número de postos de trabalho em contraposição aos demais benefícios, que não citarei novamente neste momento.

Em números essa redução ficou apresentada:

- empregos permanentes: diminuição de 26,86%
- empregos temporários: diminuição de 22,21%
- parceiros (empregados) : diminuição de 43,78%

- outra condição: diminuição de 8,64%
- no total, a queda do nível de emprego rural entre 1985 e 1995 / 96 foi da ordem de 23,78 %.

O item acima “outra condição”, está referindo-se a todas as pessoas cujo regime de trabalho diferia do pessoal dos demais grupos. Ou melhor, está referindo-se aos moradores, agregados...

TABELA 6

Valor dos Investimentos e Financiamentos em Valores de Agosto de 1995.

Período:	1985	1995/96
Financiamentos	313.591	500.388
Investimentos	765.090	939.082

Valores em mil reais

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários de 1985 e 1995/ 96.

Na TABELA 6 acima são apresentados os valores dos investimentos no setor, em moeda Real de agosto de 1995.

Os valores dos investimentos são referentes a terras adquiridas, prédios, instalações e outras benfeitorias, novas culturas permanentes e novas matas plantadas, veículos e outros meios de transporte (novos e usados), compra de animais de reprodução, outros fins, e máquinas e instrumentos agrários, novos e usados. Sua evolução foi de 22,74 % entre 1985 e 1995 , o que representa uma baixa preocupação por parte dos produtores em melhor se equiparem. O que é agravado pelo fato de estarem competindo com o mercado internacional.

Quanto aos financiamentos foram registradas as modalidades de financiamento, segundo finalidade (investimento, custeio ou comercialização), desde que aplicados em atividades ligadas à exploração agropecuária. Os resultados da TABELA 6 mostram um crescimento nos financiamentos obtidos de 59,57 % entre 1985 e 1995 , bem maior que o número referente para investimentos, contudo como acabou de ser mencionando, os

financiamentos destinaram-se não só a investimentos, mas também a custeio e comercialização da produção.

TABELA 7

Valor da Produção e Receitas em Valores de Agosto de 1995.

Período:	1985	1995/96
Produção	3.192.355	7.043.798
Receitas	2.928.230	6.126.909

* Valores em mil Reais.

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários de 1985 e 1995 / 96.

Os resultados apresentados na TABELA 7 mostram a grandiosa evolução dos valores da produção e das receitas, com 120,65 % e 109,23 %, respectivamente de crescimento entre 1985 e 1995. E isto apesar de a safra de 1995 não Ter sido muito boa, conforme será explicado mais adiante.

Os resultados referentes à produção agregam valores totais da produção animal e vegetal das principais culturas, bem como o beneficiamento de produtos agropecuários, realizados em instalações existentes nos estabelecimentos ou em instalações de terceiros (moinhos, moendas, casas de farinha, etc.).

As receitas correspondem ao valor obtido com a venda da produção e a exploração das atividades desenvolvidas pelos estabelecimentos, tais como: venda de produtos vegetais, de flores, plantas ornamentais e gramas, de animais e produtos de origem animal, de rãs e peixes, produtos transformados nos estabelecimentos (indústria rural), serviços industriais ou outros serviços prestados a terceiros, exploração mineral, venda de máquinas, veículos e implementos e outras receitas.

Nas TABELAS 8 e 9 são apresentados a quantidade e a capacidade dos silos e depósitos para armazenamento da produção.

Por silo entenda-se, construção impermeável para conservar cereais ou forragem verde, ou ainda depósitos para armazenamento de cereais, em geral dotado de aparelhamento para carga e descarga.

De acordo com os resultados mostrados nas tabelas, pode-se verificar que a quantidade de silos mais que dobrou, bem como de depósitos, exceto, neste último caso, aqueles destinados a outros produtos que não sejam nem acondicionados, nem a granel. Esta verificação nos permite especular o crescimento do setor, seja por aumento da demanda ou, devido alguma safra recorde.

Contudo, a hipótese de safra recorde é facilmente contestada quando observado a capacidade de armazenamento dos silos e depósitos aéreos, que caiu entre os anos de 1985 e 1995.

Tabela 8

Evolução da Capacidade Instalada de Silos para o Nordeste			
		1985	1995/96
Aéreo	Número	2.046	4.585
	Capacidade	106.977	75.814
De Encosta ou Trincheira	Número	5.826	21.305
	Capacidade	437.266	990.170

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários de 1985 e 1995 / 96

TABELA 9

DEPÓSITOS PARA PRODUÇÃO			
Período:		1985	1995/96
A Granel	Número	49.626	272.623
	Capacidade	2.025.129	778.237
Acondicionado	Número	27.012	82.172
	Capacidade	1.217.316	952.490
Para Outros Produtos	Número	22.153	12.210
	Capacidade	2.416.540	2.671.683

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários de 1985 e 1995/ 96.

A TABELA 10 abaixo nos apresenta os tipos e o número de máquinas e instrumentos agrícolas utilizados na produção. Conforme pode-se observar tanto a quantidade de tratores, como a de máquinas, e a de arados aumentou entre 1985 e 1995 / 96. Sendo que o número de tratores aumentou 32,95% ; o de máquinas para plantio aumentou 56,89%, e para colheita aumentou em 16,36%. Por fim os arados de tração

animal tiveram um incremento quantitativo da ordem de 16,18%, e os de tração mecânica de 36,72%.

TABELA 10

**Número de Máquinas e Instrumentos
Agrícolas Usados Na Produção**

Período:		1985	1995/96
Tratores		41.727	55.476
Máquinas	para plantio	12.205	19.149
	para colheita	5.139	5.980
Arados	tração animal	266.181	309.265
	tração mecânica	27.581	37.709

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários de 1985 e 1995/96.

Foram incluídas as máquinas e os instrumentos agrícolas próprios, os obtidos por empréstimos ou aluguel, e os que estivessem sob a responsabilidade do produtor, porém em conserto ou reforma. Foram excluídos os de propriedade de órgãos governamentais e os empreiteiros que estivessem executando trabalhos nos estabelecimentos, e os de produtor que estivessem arrendados, alugados ou cedidos a terceiros.

TABELA 11

**Tipo e Quantidade dos Meios de Transporte
Utilizados na Produção**

Período:	1985	1995/96
Caminhões	18.909	15.514
Utilitários	37.019	44.963
Reboques	17.707	16.508
De tração animal	190.543	212.710
Embarcações	12.240	6.544
TOTAIS	276.418	296.239

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários de 1985 e 1995/96.

Na TABELA 11 acima são apresentados os tipos e as quantidades dos meios de transporte utilizados na produção. Foram incluídos todos os veículos a tração animal ou mecânica e embarcações, inclusive os obtidos por aluguel ou empréstimo, que estivessem

sendo utilizados em atividades diretamente ligadas à exploração do estabelecimento, e os que estivessem sob responsabilidade do produtor, porém em conserto ou reforma.

Foram excluídos os veículos de propriedades de órgãos governamentais; os de empreiteiros que estivessem executando tarefas no estabelecimento; os do produtor que estivessem arrendados, alugados ou cedidos a terceiros; os utilizados exclusivamente para passeios; e os usados somente pelos estabelecimentos industriais ou comerciais localizados em terras do estabelecimento agropecuário.

De acordo com a TABELA acima essa foi a evolução dos meios de transporte utilizados na produção do setor:

- Caminhões: passando de 18.909 unidades em 1985 para 15.514 unidades em 1995/96, representando uma queda de 17,95%;
- Utilitários: passando de 37.019 unidades em 1985 para 44.963 unidades em 1995/96, representando um crescimento de 21,45%;
- Reboques: passando de 17.707 unidades em 1985 para 16.508 unidades em 1995/96, o que significa uma queda de 6,77%;
- De tração animal: o número de 190.543 unidades em 1985, aumentou para 212.710 unidades em 1995/96, ou seja 11,63%;
- Embarcações: o número de 12.240 unidades de 1985 caiu para 6.544 unidades em 1995/96, ou seja 46,54%.
- Sendo que no total os meios de transporte entre 1985 e 1995 / 96 apresentaram uma pequena evolução na ordem de 7,17 %. Insuficiente para uma região com tamanho potencial agrícola, porém, condizente com o pequeno crescimento da produção da indústria rural, que por sua vez, segundo os resultados da TABELA 2 foi de 1,53 %.

TABELA 12

Produção Particular Do Pessoal Ocupado
Residente Nos Estabelecimentos Produtivos

Tipo \ Período:	1985	1995/96
Lã ¹	-	1
Leite ²	11.439	14.441
Ovos ³	2.962	2.338
Feijão ¹	14.624	7.367
Mandioca ¹	104.829	29.028
Milho ¹	29.391	14.717
Banana ⁴	1.932	1.000
Laranja ⁵	458	1.371
Carvão ¹	928	-
Lenha ⁶	1	-
Arroz ¹	-	9.108
Soja ¹	-	4
Farinha de Mandioca ¹	-	5.607

¹ Quantidade em toneladas

⁴ Quantidade em mil cachos

² Quantidade em mil litros

⁵ Quantidade em mil frutos

³ Quantidade em mil dúzias

⁶ Quantidade em mil metros cúbicos

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários de 1985 e 1995 / 96.

Passando para um lado mais social dos dados, apresenta-se na TABELA 12, a produção particular do pessoal ocupado residente nos estabelecimentos agropecuários. De acordo com os mesmos verifica-se que o principal produto é a mandioca, seguido pelo milho, que apresentaram respectivamente um incremento a menos de 72,30% e 49,93% entre os anos de 1985 e 1995 / 96.

O feijão é outro produto que apresenta uma queda na produção particular, nada desprezível. A produção que em 1985 foi de 14.624 toneladas caiu em 1995/ 96 para 7.367 toneladas, ou seja 49,62%.

Enquanto isto, a produção de leite cresceu 26,24% nos anos estudados.

O fato da queda na produção particular do pessoal residente vem acompanhado pela diminuição do número de empregos diretos nos estabelecimentos (que, conforme já citado neste mesmo trabalho foi de 26,86%), que por sua vez vem

acompanhado pelo aumento do número de máquinas utilizadas na produção (que foi de 44,89% ⁵).

Além deste fator pode-se agregar mais um que, aliás já foi citado pela autora, neste mesmo trabalho. Refere-se ao incremento positivo na cesta básica, diversificando-a, ocorrido em 1994, início do plano Real, que provocou a substituição de alguns bens outrora consumidos, por outros nutricionalmente mais ricos.

TABELA 13

Animais Pertencentes ao Pessoal Ocupado Residente
nos
Estabelecimentos Produtivos *

Tipo \ Período	1985	1995/96
Bovinos	Total	128.152
	Vacas	65.646
Eqüinos	22.025	27.922
Asininos	22.619	14.306
Muare	6.936	4.277
Ovinos	61.977	65.143
Suínos	180.489	83.421
Caprinos	101.581	6.774
Aves	1.700.677	932.805

* em cabeças.

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários de 1985 e 1995 /96.

Os dois únicos tipos de animais pertencentes ao pessoal ocupado, que teve seu efetivo acrescido entre 1985 e 1995 foi o de eqüinos, que sofreu um acréscimo percentual de 26,77%; e o de ovinos com um acréscimo percentual de 5,11%. Todos os demais, conforme podemos verificar teve declínio em seu efetivo; mais uma vez podemos atestar tal fato ao de se ter diminuído o número de pessoal ocupado nos estabelecimentos.

⁵ Para se obter este valor, calculamos a soma dos valores apresentados em 1985 para máquinas de plantio e de colheita, o mesmo sendo feito para os valores de 1995/96; este último subtraído do primeiro e em seguida dividido também pelo primeiro, para finalmente ser multiplicado por 100.

QUARTO CAPÍTULO :

Conclusão.

É importante ressaltar que de 1985 a 1995 ocorreram importantes transformações no cenário regional, brasileiro e mundial, sendo algumas destas já citadas neste mesmo trabalho, que tiveram impactos sobre a economia, e obviamente, sobre a agropecuária. Os programas de ajuste econômico pelos quais o país passou, influenciaram a economia e o setor agropecuário, bem como o fizeram também os processos de globalização e de formação de blocos regionais que implicaram em maior exposição da economia à concorrência internacional e exigiram esforços crescentes de reestruturação produtiva.

Neste processo de reestruturação produtiva, que veio acompanhado da introdução de um vasto leque de inovações tecnológicas, os pequenos produtores foram os mais afetados, porque não dispunham de recursos para aumentarem a produtividade e a eficiência de seus negócios, perderam em competitividade, e foram, em muitos casos alijados de suas propriedades e atividades.

Outra ressalva que precisa ser feita trata dos volumes colhidos na safra de 1994 / 95 que foram bastante expressivos, ampliando em muito a oferta de vários produtos agrícolas e contribuindo para quedas nos seus preços, ao mesmo tempo que os preços de vários desses produtos, estavam seguindo a tendência dos últimos anos, ou seja, caindo. A oferta internacional foi abundante e as condições de financiamento para os importadores no Brasil apresentaram-se favoráveis. Para produtos como arroz e algodão essas condições chegaram a levantar a suspeita de que estaria havendo concorrência desleal. Tudo isso, juntamente com a supersafra do ano agrícola de 1994 / 95, pressionaram para baixo os preços de vários produtos.

Mais. Como parte da estratégia de implementação do Plano Real na sua fase inicial, a taxa de câmbio, favoreceu às importações e dificultou às exportações de produtos agrícolas, reduzindo-se, assim, ainda mais os preços recebidos pelos agricultores brasileiros.

Outro efeito, externo, negativo para a safra de 1994 / 95 foi o afastamento do governo em relação à agricultura no que tange às políticas de crédito subsidiado e política de preços mínimos. O governo, ainda, reduziu sua parcela na aquisição de excedentes agrícolas, o que provocou dificuldades na absorção da supersafra de 1994 / 95.

Outras externalidades prejudicaram ainda mais a vida do produtor. Como por exemplo a correção monetária dos débitos dos agricultores junto aos seus credores, por decorrência da implementação do Plano Real, correção esta que ocorreu em percentuais bem maiores que os da evolução dos preços nominais dos produtos.

A agregação desses eventos provocou em desestímulo ao plantio da safra de 1995 / 96. Foram reduzidas áreas de plantio de lavouras conforme pode-se verificar na TABELA 4. E os grandes produtores deixaram para segundo plano as lavouras tradicionais, voltando-se ao plantio de lavouras as quais possuíam domínio, e que poderiam contar com insumo modernos e alternativas de financiamentos.

De um modo geral, os resultados encontrados no estudo, mostram que houve uma retração em importantes fatores para o desenvolvimento da região Nordeste. Pode-se citar dentre estes fatores o pequeno crescimento percentual da produção da indústria rural; a retração do número de pessoal ocupado na produção; não obstante houvesse um incremento do número de proprietários, observa-se que a área média disponível para pequenos e médios produtores rurais decrescem nos últimos anos.

Os resultados mostrados neste estudo levam à conclusão de que todos os diferenciados esforços realizados até então, para o desenvolvimento da região, foram pouco eficientes. No que tange à industrialização sugerida no relatório do GTDN, ela veio, porém muito intensiva em capital, e não propiciou a continuidade do desenvolvimento da região. No que concerne à agroindústria, mesmo cientes da sua importância para a região, na verdade o governo acabou diminuindo, ao longo do tempo, sua participação efetiva no setor, principalmente no que se refere a política de preços mínimos e estoques reguladores, e a alta tributação de insumos e produtos agroindustrializados, inclusive com energia.

Em verdade, a grande maioria dos incentivos fornecidos pelo governo, destinaram-se às atividades tradicionais. Logo, o que se verificou foi a efetivação de vultosos investimentos no segmento industrial, enquanto que no setor agrícola as decisões e os investimentos não se realizaram em tempo hábil, apesar da importância da agroindústria,

principalmente para os micro, pequenos e médios produtores, dada a sua integração direta com o setor agrícola e os impactos sobre a geração de emprego e renda na economia rural do Nordeste.

Vale ressaltar o papel das micro, pequenas e médias empresas rurais (ou não rurais, mas no nosso caso, as rurais) como importantes alocadoras de mão de obra, inclusive aquela mão de obra não muito qualificada. Ademais, afora este papel que exerce de absorção da força de trabalho, estes estabelecimentos de porte micro, pequeno e médio, contribuem na introdução de tecnologias no meio rural, geração e distribuição de riqueza de uma forma mais equitativa, se constituindo, portanto, em importante fator de desenvolvimento econômico. Simultaneamente, agiliza a produção das grandes empresas, ora como supridora de insumos, ora como consumidora. De outro lado, estas últimas (as grandes empresas) necessitam ser consolidadas por serem de importância fundamental à economia, porque mantêm os níveis de produtividade da indústria regional e porque são responsáveis pela evolução da acumulação de capital.

Quanto à tecnologia empregada, o nível ainda é baixo. Não houve, no período estudado, uma significativa modernização na estrutura de produção, persistindo a existência de dualismo tecnológico, com empresas de grande porte aplicando intensivamente em capital, paralelamente à agricultura tradicional, cujos fatores de produção regionais, ainda não são de todo, tecnicamente adequados. E como as atividades que são marcadas pela insuficiência tecnológica levam a baixíssimos níveis de produtividade por pessoa empregada, não se pode esperar algo que seja muito satisfatório ao que concerne a relações salariais.

Outro importante entrave à agroindustrialização no Nordeste está na falta da capacitação do homem para exercer atividades relacionadas ao setor. Ou seja, investimentos em capital humano, educação (fator negligenciado pela CEPAL e pelo GTDN) se fazem essenciais para reduzir as disparidades econômicas.

Mais um fator de entrave ao desenvolvimento da região nordestina está justamente na dicotomia minifúndio - latifúndio. A solução para este caso está na reforma agrária, que deve ser encarada como uma política efetiva que minora os perversos efeitos sociais da modernização dos processos agrícolas sobre a demanda de mão-de-obra no meio rural.

Resumidamente, as desigualdades sociais nordestinas que são agravadas pela baixa qualidade e baixo nível da qualificação da mão de obra (educação básica, técnica e superior), a deficiência no sistema de saúde e a concentração da propriedade de terras, encontra na agroindústria uma solução corretiva para tal, possibilitando a geração de renda monetária para a região, bem como de empregos diretos e indiretos. Trabalha em modo de complementaridade com os pequenos produtores rurais, onde mais uma vez tem-se a geração de emprego e renda monetária e ainda contribui para a fixação do homem no campo.

Para tanto ainda necessita-se a implementação de programas para elevação do nível tecnológico; investimento maciço em educação; implantar a variação dos encargos financeiros dos empréstimos em função da variação dos preços agrícolas; conceder incentivo à instalação de agroindústrias; resolver a questão da bitributação nos insumos agrícolas.

Ressalte-se ainda que a agricultura não pode permanecer esquecida pelo governo, que precisa atuar, além de todas as maneiras aqui tratadas, também controlando a importação de produtos beneficiados por subsídios agrícolas concedidos em outros países. Ou seja, o Governo deve utilizar-se de práticas de defesa comercial, tão bem utilizadas em outros países.

Acredita-se que assim pode-se promover o desenvolvimento econômico, de uma forma racional e democrática, fixando o homem no campo e ao mesmo tempo produzindo mais alimentos e com qualidade superior, aumentando a renda total, e diminuindo as tensões sociais nas cidades.

BIBLIOGRAFIA:

- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **“ Industrialização do Nordeste: intenções e resultados”**. Recife, 1982.
- BRUM, Argemiro J. **“O Desenvolvimento Econômico Brasileiro”**. Ed. Vozes. Petrópolis, 1995.
- FERGUSSON, C.E. **“Microeconomia”**. 18ª ed. Forense Universitária. Rio de Janeiro, 1994.
- FIGUEROA, Manuel. **“O Problema agrário no Nordeste do Brasil”**. Hucitec / SUDENE. São Paulo / Recife, 1997.
- HOLANDA, Antonio Nilson C.; REIS, Zenon Schuler. **“Estudos sobre a Agroindústria no Nordeste. Diretrizes para fomento da agroindústria alimentar no Nordeste”**. BNB / ETENE. Fortaleza, 1994.
- OLIVEIRA, Joana D'arc de. **“O Complexo Agroindustrial de Sucos de Frutas tropicais no Estado do Ceará: uma visão de organização industrial”**. SENAI / CE. Fortaleza, 1992.
- SOUZA, Nali de Jesus de. **“Desenvolvimento Econômico”**. Ed. Atlas 3ª ed. São Paulo, 1997. Págs.: 198 a 235 e 266 a 294.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **“A Promoção do Desenvolvimento das Forças Produtivas no Nordeste: da visão do GTDN aos desafios do presente”**. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, vol. 28, n. 4, 1997.
- ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. **“O Progresso social do Nordeste: um balanço de quase meio século”**. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, vol. 28, n. 4, 1997.

- ASSIRATI, Emílio Borsari. "Uma Avaliação das Políticas de Irrigação no Nordeste". **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, vol 25, n 4, 1994.
- BARROS, José Roberto Mendonça de; & GALVÃO, Antonio Carlos. "A Política de Industrialização do Nordeste em Face da Crise Econômica Brasileira". **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, vol. 15, n 3, 1984.
- DIEHL, Isahi. "Uma Análise do Complexo Agroindustrial de Soja no Vale do Taquari". **Estudo & Debate**, Lajeado. Vol. 2, n. 2, 1995.
- GUIMARÃES NETO, Leonardo. "Notas Sobre Emprego e Indústria no Nordeste". **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, vol. 15, n. 3, 1984.
- SICSÚ, Abraham Benzaquen; & DIAS, Adriano Batista. "Tecnologia. Lições do GTDN e as Perspectivas Industriais Atuais do Nordeste". **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, vol. 28, n. 4. Págs.: 491 a 498, 1997.
- SILVA FILHO, Guerino Edécio. "A Interpretação para o Atraso relativo do Nordeste a partir da Teoria do Desenvolvimento Econômico Periférico da CEPAL". **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, vol. 28, n. 4, 1997.
- _____ "Cem Anos de Deseducação". **Revista Economia e Mais**. Fortaleza, ano III, n. 27, maio de 1999.
- AGROECONOMIA. **Encarte Especial EXAME**. Rio de Janeiro, ed. 684; março 1999.
- CARTA DO IBRE. "Reforma Agrária: o que fazer". **CONJUNTURA ECONÔMICA**, Rio de Janeiro, dezembro 1998.
- CEARÁ, SEC. IND. E COM. / SEC AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA / SE. PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO. "**Diagnóstico do Uso de Fertilizantes e Indicações Para o Incremento da Produtividade Agrícola no Ceará**". Fortaleza, 1991.

DOCUMENTO DO GTDN. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, vol. 28, n 4, 1995.

COLLYER, Ellana. **"A Agroindústria no Governo das Mudanças"**. Fortaleza. UFC – Economia, 1997 (monografia de conclusão de curso)

FERNANDES, Samara Cavalcante. **"Uma Avaliação das Agroindústrias no Nordeste: O Caso da Cajucultura"**. Fortaleza . UFC – Economia, 1993 (monografia de conclusão de curso)

BRASIL. **Censo Agropecuário de 1985**, Rio de Janeiro. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1986.

BRASIL. **Censo Agropecuário de 1995 / 1996**, Rio de Janeiro. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1996.